

## Anexo 4: Processo de Implementação do Projeto

ITEM	Fonte das informações / Métodos	Resultados (dados de 01DEZ2008)
1. Alterações da PDM		<p>Até o momento a PDM do presente Projeto foi revisada 4 vezes.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <u>1ª. reunião do JCC (junho de 2006)</u>: Na Ata de Entendimento (M/M) assinada entre os governos dos dois países em junho de 2005 foi anexada uma PDM provisória (PDM0), cujo trecho correspondente ao "Sumário Narrativo" foi seguido no plano diretor do Registro de Discussões (R/D) celebrado em agosto de 2005. Os primeiros 6 meses após o início do Projeto em novembro de 2005 foram definidos como Período Preparatório, quando foram realizados diversos levantamentos. Como resultado desses levantamentos e das discussões entre os envolvidos no Projeto, todos os Resultados e quase a totalidade das Atividades constantes na PDM Provisória foram revisados. Principalmente no tocante ao Resultado 2, cuja redação passou de "Aumento da conscientização dos ribeirinhos com relação à gestão florestal" para "Equipe executora do projeto, em parceria com os ribeirinhos, executará o manejo sustentável da floresta", o escopo foi ampliado, passando a inserir no Projeto atividades relacionadas à elaboração / execução de um plano de manejo florestal. A PDM alterada foi aprovada como PDM1. Doravante, quando dissermos PDM inicial, estaremos nos referindo à PDM1.</li> <li>2. <u>4ª. reunião do JCC (dezembro de 2007)</u>: Na PDM1 existiam versões em três idiomas (inglês, português e japonês), sendo que o lado brasileiro utilizava a versão em português e o lado japonês, a versão em japonês. No entanto havia discrepâncias entre os textos da PDM1, algumas de ordem editorial mas outras que diziam respeito ao conteúdo. Além disso, a maior parte dos Indicadores dos Resultados e do Objetivo do Projeto não haviam sido definidos suficientemente, faltando em alguns, metas que pudessem ser verificadas objetivamente. A redação de parte das atividades também apresentava ambigüidades. Na Avaliação Intermediária foi incluída uma recomendação no sentido de que tais questões fossem revisadas e foi apresentada uma proposta de revisão (Proposta de PDM2). A referida proposta foi aprovada na 4ª. reunião do JCC mas a definição dos Índices programados de alguns dos Indicadores ficou para ser resolvida até a próxima reunião do JCC.</li> <li>3. <u>5ª. reunião do JCC (março de 2008)</u>: Além da definição dos índices programados dos Indicadores, adiada na 4ª. reunião do JCC, parte dos Indicadores existentes foram revisados nesta reunião levando-se em consideração o andamento do Projeto. A PDM corrigida foi aprovada como PDM3. Vale ressaltar que, a partir da PDM3, a sua análise passou a ser feita apenas em português.</li> <li>4. <u>6ª. reunião do JCC (setembro de 2008)</u>: Parte das Atividades e parte dos Indicadores foram revisados, levando-se em consideração o andamento do Projeto.</li> </ol>
2 Implementação das Atividades		
(1) Atividades sob o Resultado 1	Análise dos relatórios de progresso, Questionário / Entrevista com C/P / J/E.	<p>GERAL: A maior parte das atividades sob o Resultado 1 estão avançando conforme o planejamento constante na versão mais recente do PO. A Atividade 1.1 está ligeiramente atrasada mas há perspectivas de que as atividades necessárias à consecução do Resultado 1 sejam concluídas até o final do Projeto. (Para detalhes sobre as realizações de cada sub-atividade, vide Material de Referência D: "Quadro de Atividades Realizadas")</p> <p>Abaixo, os pontos que merecem menção especial:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <u>Atividade 1.1: Atraso na elaboração da "diretriz básica para o uso sustentável de recursos florestais nas várzeas" e mudança na sua definição</u></li> </ol> <p>A diretriz básica a ser elaborada no âmbito da presente atividade tem como objeto as várzeas do estado do Amapá. Esta atividade está avançando praticamente conforme o planejamento, se comparado à última versão do PO, sendo que o rascunho da proposta da diretriz básica já está elaborado. Os</p>

## Anexo 4: Processo de Implementação do Projeto

ITEM	Fonte das informações / Métodos	Resultados (dados de 01DEZ2008)
		<p>passos que ainda restam ser dados consistem na análise do rascunho / atualização da proposta junto à Comissão de Análise da Diretriz Básica, e a análise / aprovação da proposta pelo Comitê de Coordenação Conjunta (JCC). No entanto, por dificuldades de conciliar a agenda dos membros da Comissão, esta ficou de se reunir após a 7ª. reunião do JCC, ficando a análise / aprovação da proposta da diretriz básica adiada para a 8ª. reunião do JCC (prevista para março de 2009). Neste sentido, há perspectivas de que a presente atividade seja concluída até o final do Projeto.</p> <p>Vale ressaltar que na PO inicial (PO1) esta atividade estava planejada de modo que a diretriz básica fosse elaborada até julho de 2006. Ademais, a diretriz básica tinha como objeto as várzeas localizadas dentro da Área do Projeto, seguindo o esquema traçado no Resultado 1, e contemplava como membros da Comissão de Análise o governo estadual, o governo federal, ONGs, a prefeitura de Mazagão e a população ribeirinha. Isso se devia ao fato de que a ordem planejada consistia em se definir a diretriz básica do Projeto em sua fase inicial para, então, dar início às atividades dos demais Resultados do Projeto. Contudo, como a criação da Comissão de Análise atrasou, as atividades dos demais Resultados tiveram início mesmo sem haver uma diretriz básica. De acordo com o Relatório da Avaliação Conjunta elaborado por ocasião da avaliação intermediária (doravante denominado "Relatório Conjunto da Avaliação Intermediária"), na época estavam em andamento os preparativos para a criação da Comissão de Análise e o lado brasileiro previa que a diretriz básica seria elaborada até julho de 2008. No entanto, a alteração na estrutura de implementação do Projeto ocorrida em dezembro de 2007 e a ausência do Coordenador-Chefe entre janeiro e fevereiro de 2008 em decorrência de questões procedimentais da JICA, fizeram com que a criação da Comissão de Análise não avançasse.</p> <p>Levando em consideração esses percalços no progresso das atividades, aprovou-se, na 5ª. reunião do JCC (março de 2008), a prorrogação, para novembro do mesmo ano, do período de elaboração da diretriz básica. Nessa reunião foi também acordada a ampliação do objeto da diretriz básica, da Área do Projeto para o Estado do Amapá (em função da qual se perdeu um pouco a coerência lógica entre a Atividade 1.1 e o Resultado 1). As razões dessa alteração não constam da ata do JCC, de modo que a Comissão de Avaliação não pôde confirmar os fatos.</p> <p>Em junho de 2008 foi elaborado o regulamento interno da Comissão de Análise da Diretriz Básica, oficializando a sua criação<sup>1</sup>. Uma vez que a diretriz básica passou a ter como objeto todo o estado do Amapá, a Comissão foi formada por representantes de um total de 18 órgãos<sup>2</sup>, dentre órgãos do governo federal e estadual, além dos peritos da JICA. A pluralidade de órgãos aos quais pertencem os membros da Comissão dificultou o ajuste de data que possibilitasse atingir o quórum mínimo (maioria absoluta). Em virtude disso, a oficina para elaboração da proposta da diretriz básica prevista para outubro foi adiada para novembro e, como as atividades que lhe sucediam também atrasaram 1 mês, resultou que não houve tempo hábil para a apresentação da proposta na 7ª. reunião do JCC.</p>
(2) Atividades sob o Resultado 2	idem	<p>GERAL: As atividades do Resultado 2 compreendem: (i) criação / fortalecimento das associações agro-florestais (Atividades 2.1 e 2.2) e (ii) elaboração / execução do plano de manejo florestal (Atividades 2.3 e 2.4). Enquanto o primeiro grupo está sendo realizado praticamente conforme o planejado, o segundo grupo encontra-se atrasado, se comparado ao plano aprovado na 6ª. Reunião da JICA (setembro de</p>

<sup>1</sup> De acordo com o Regulamento Interno da Comissão, o seu presidente é o Diretor do Projeto e incluem-se na competência da Comissão discutir / analisar a proposta da diretriz básica, bem como submeter a proposta ao JCC de modo a obter a aprovação da diretriz básica.

<sup>2</sup> SEDE, SDR, SEICOM, SETEC, SEMA, IMAP, IEF, RURAP, IEPA, Ministério Público Estadual, IBAMA/AP, INCRA/AP, GRPU/AP, EMBRAPA/AP, SENAI/AP, COEMA, CEDRS e Polícia Ambiental.

## Anexo 4: Processo de Implementação do Projeto

ITEM	Fonte das informações / Métodos	Resultados (dados de 01DEZ2008)
		<p>2008), podendo-se dizer que as perspectivas de essas atividades serem concluídas até o final do Projeto são baixas. (Para detalhes sobre as realizações de cada sub-atividade, vide Material de Referência D: "Quadro de Atividades Realizadas")</p> <p>Abaixo, os pontos que merecem menção especial:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <u>Atividades 2.3 &amp; 2.4: Atraso na "Elaboração / Aprovação do Plano de Manejo Florestal"</u>: A atividade relacionada à elaboração do Plano de Manejo Florestal de ambas as Áreas-Objeto está atrasada com relação à última versão do PO, em função de atrasos em atividades do lado brasileiro que a precedem e que lhe são indispensáveis. Na região de Maracá, as perspectivas de essa atividade ser concluída até o final do Projeto são baixas, ao passo que na região de Mazagão, acredita-se que as atividades não serão concluídas até o final do Projeto.             <ol style="list-style-type: none"> <li>(a) Maracá (comunidades do Assentamento Agro-Extrativista do Maracá, do INCRA):                 <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <u>2006 - Atraso no 1º Inventário Florestal em função de atrasos na liberação orçamentária</u>: Segundo o PO inicial, a elaboração do plano de manejo florestal na região de Maracá estava prevista para ser concluída em dezembro de 2007. O primeiro inventário florestal (inventário por amostragem) da região de Maracá estava previsto para ser realizado em fevereiro de 2006 mas foi adiado para maio do mesmo ano em virtude do clima e de atrasos na liberação orçamentária.</li> <li>➤ <u>2007 - Atraso no 2º Inventário Florestal em função de condições externas (atraso na renovação do contrato entre o INCRA e a ATEXMA, entidade administradora do assentamento)</u>: Para a elaboração do Plano de Manejo Florestal, faz-se necessário um segundo inventário (Inventário 100%) com relação a cada uma das unidades daqueles que, dentre os membros da associação, fazem parte do Plano de Manejo Florestal. Para a realização do segundo inventário florestal é preciso que os participantes detenham o direito de uso / ocupação da terra. No assentamento de Maracá o direito de uso da terra foi concedido aos assentados da seguinte forma: o INCRA e a entidade administradora do assentamento, que é a ATEXMA, firmaram um contrato de direito de uso da terra e a ATEXMA, por sua vez, fez a concessão desse direito aos assentados. No entanto, como a renovação do contrato entre o INCRA e a ATEXMA atrasou, o segundo inventário não pôde ser realizado conforme o planejado. Levando em consideração o atraso no progresso das atividades, decorrente de condições externas, na 3ª. reunião do JCC (agosto de 2007) foi aprovado o PO que alterou para agosto de 2008 a data de conclusão das atividades. O contrato entre o INCRA e a ATEXMA foi renovado em outubro de 2007 e o segundo inventário foi realizado de outubro a dezembro.</li> <li>➤ <u>Final de 2007 a 2008 - Atraso em função de novas condições externas (novos procedimentos administrativos)</u>: Segundo o Relatório Conjunto da Avaliação Intermediária, as pessoas envolvidas na época no Projeto consideravam que os principais passos nos procedimentos administrativos que levariam à aprovação do Plano de Manejo Florestal a partir do término do 2º inventário eram: (i) "Autorização Prévia à Análise Técnica (APAT)" do Plano de Manejo Florestal Sustentável, (ii) elaboração do Plano de Manejo Florestal, e (iii) análise por parte da SEMA. A previsão era de que, não havendo transtornos, conseguir-se-ia a aprovação do Plano de Manejo Florestal em março / abril de 2008. No entanto, de final de 2007 a 2008, a equipe tomou conhecimento de que novas etapas foram inseridas em fase anterior ao APAT, em decorrência de procedimentos administrativos relacionados aos assentamentos do INCRA no estado do Amapá.</li> </ul> </li> </ol> </li> </ol>

## Anexo 4: Processo de Implementação do Projeto

ITEM	Fonte das informações / Métodos	Resultados (dados de 01DEZ2008)
		<p>- Necessidade de obtenção de Licenciamento Ambiental nos assentamentos do INCRA: No dia 19 de novembro de 2007, foi firmado um termo de referência técnica entre o INCRA, IMAP e SEMA relacionado à obtenção de licença ambiental de projetos de assentamento de reforma agrária no estado do Amapá, pelo qual passou-se a exigir prévia obtenção de licenciamento ambiental pelo IMAP/SEMA para que se pudesse implementar projetos em assentamentos do INCRA. Além disso, para que o INCRA pudesse solicitar o Licenciamento Ambiental, passou-se a exigir a apresentação do "Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA) / Plano de Recuperação de Assentamento (PRA)".</p> <p>- Necessidade de elaboração do PRA no assentamento do Maracá: No assentamento do Maracá, já existe um Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA) e um Plano de Utilização (PU). No entanto, segundo comunicado emitido em 2007 pela sede do INCRA, em 2008 os 19 assentamentos existentes no estado do Amapá (nos quais se inclui o assentamento do Maracá) tiveram que elaborar um PDA ou revisar o existente através de um PRA. No caso, o assentamento do Maracá teve que elaborar um PRA, sendo que a conclusão do PRA passou a ser um dos requisitos para a solicitação do Licenciamento Ambiental desse assentamento. As atividades de elaboração do PDA/PRA dos 19 assentamentos estavam programadas para serem realizadas entre junho e outubro de 2008, de modo que se imaginava que a solicitação de Licenciamento Ambiental para a região de Maracá ocorreria, na melhor das hipóteses, em outubro/novembro de 2008.</p> <p>Considerando tais mudanças, na 6ª reunião do JCC (setembro de 2008) foi aprovada proposta de alterar para fevereiro de 2009 o período de elaboração / aprovação do Plano de Manejo (PDM4 / PO4). Contudo, as atividades de elaboração da proposta do PRA referente ao assentamento do Maracá não foram concluídas em outubro, estando a sua conclusão prevista para meados de dezembro, quando então começará a análise interna no INCRA. No entanto, levando em consideração os passos que ainda restam para se chegar até a elaboração / aprovação do Plano de Manejo Florestal, é reduzida a possibilidade de o mesmo ser aprovado até final de fevereiro de 2009, sendo que, no momento, as pessoas relacionadas ao Projeto prevêem para final de abril de 2009 a época de aprovação do plano, ou seja, pouco antes do encerramento do Projeto. Contudo, no processo que culminará na aprovação existem vários procedimentos administrativos que se encontram fora do controle do Projeto, de modo que somos obrigados a afirmar que pairam incertezas sobre se a aprovação sairá realmente até final de abril de 2009 ou até o final do Projeto. (Para verificar os passos desde a elaboração do plano de manejo florestal da região de Maracá até a sua aprovação, bem como o cronograma previsto, vide Material de Referência C-1). Vale ressaltar que as atividades de elaboração da proposta do plano de manejo florestal estão sendo antecipadas e se encontram, atualmente, em sua fase final.</p> <p>(b) Mazagão (comunidades localizadas em terras de propriedade da União, administradas pelo GRPU):</p> <p>➤ <u>2006 – Atraso no 1º inventário florestal em função de atrasos na liberação orçamentária:</u> Segundo o PO inicial, a elaboração do plano de manejo floresta da região de Mazagão estava prevista para ser concluída em dezembro de 2007. O primeiro inventário florestal (inventário por amostragem) da área-objeto de Mazagão Velho, embora estivesse previsto para fevereiro de 2006, foi adiado para maio do mesmo ano em virtude do clima e de atrasos na liberação orçamentária.</p>

## Anexo 4: Processo de Implementação do Projeto

ITEM	Fonte das informações / Métodos	Resultados (dados de 01DEZ2008)
		<p>➤ <u>2006-2008 – Atraso no 1º inventário florestal em função de questões fundiárias:</u> Em Mazagão, a maioria dos associados não detém direito oficial de uso / ocupação do solo e a existência desse direito é um pressuposto para a elaboração do Plano de Manejo Florestal (é necessário também para a legalização do Sistema Agro-Florestal implementado no âmbito do Resultado 3). Há 3 formas de obtenção do direito de uso / ocupação do solo: (i) conferência de “autorização de uso” pelo GRPU a cada uma das pessoas; (ii) conferência de “concessão de uso” pelo GRPU ou INCRA a cada uma das pessoas ou à associação; ou (iii) criação de assentamento do INCRA através do GRPU com concessão real de uso.</p> <p>Como resultado de uma série de discussões entre as pessoas envolvidas com o Projeto, o GRPU e o INCRA, foi acordado durante uma reunião com a população, promovida no local pelo GRPU em 3 de novembro de 2007, que seria conferida “autorização de uso” aos membros da associação e a outros moradores envolvidos, de modo que em junho de 2008 foram conferidas “autorizações de uso” para 75 famílias dentre um total de 117 famílias. No entanto, essa “autorização de uso” somente possibilitava aos ribeirinhos o manuseio de produtos agrícolas e de produtos florestais não-madeireiros, de modo que, para lidar com madeira de forma legalizada, os ribeirinhos precisariam de “concessão real de uso”. Mediante uma petição apresentada pelos ribeirinhos, o GRPU, que é o órgão competente sobre as terras dessa região, e o INCRA analisaram a questão e, como resultado disso, concluíram, mais ou menos em agosto / setembro de 2008, que para essa região o mais adequado seria a “criação de assentamento”. Uma das razões levantadas foi que, enquanto que para os procedimentos de “concessão de uso” a população (ou a associação) teria que arcar com seus custos, na “criação de assentamento” o INCRA é quem arcaria com as despesas, o que aliviaria a situação da população. Posteriormente o INCRA preparou a documentação necessária e, em novembro de 2008, protocolou a solicitação de criação de assentamento junto ao GRPU. Segundo a resposta dada pelo gerente regional do GRPU quando questionado a respeito pelo Consultor-Chefe, normalmente leva-se perto de 6 meses para a análise dentro do GRPU. Após a aprovação pelo GRPU, passa-se por procedimentos internos no INCRA e, por meio de portaria do INCRA, o assentamento é criado. Segundo informação prestada pelo escritório do INCRA no Amapá à Missão de Avaliação Conjunta, a análise no INCRA deve levar 1 mês. Nesse sentido, acredita-se que são poucas as possibilidades de o assentamento ser criado até o final do Projeto.</p> <p>Por outro lado, para que o Plano de Manejo Florestal fosse elaborado até o final do Projeto, seria necessário que se fizesse, na estiagem de 2008 (maio a dezembro), um segundo inventário (Inventário 100%) com relação a cada uma das unidades daqueles que, dentre os membros da associação, fazem parte do Plano de Manejo Florestal. Isso porque, na estiagem seguinte, o Projeto já terá terminado. No entanto, a demora na solução da questão fundiária impossibilitou a realização do 2º inventário florestal na estação seca desse ano. Mesmo que os procedimentos para a criação do assentamento avançassem em ritmo acelerado daqui para frente, não haveria mais possibilidade de se elaborar o Plano de Manejo Florestal até o final do Projeto. (Para verificar os passos desde a elaboração do plano de manejo florestal da região de Mazagão Velho até a sua aprovação, bem como o cronograma previsto, vide Material de Referência C-2).</p> <p>2. <u>Interrupção das ações de promoção de criação do Setor de Manejo Florestal:</u> Inicialmente o Resultado 2 previa a criação de um Setor de Manejo Florestal em cada uma das associações, para cujos membros seria prestada assistência sobre o tema. No entanto, considerando que um dos requisitos para a criação de setores dentro da associação (a existência de uma sede) não mostrava avanços,</p>



## Anexo 4: Processo de Implementação do Projeto

ITEM	Fonte das informações / Métodos	Resultados (dados de 01DEZ2008)
		foi acordado, durante a 6ª reunião do JCC (setembro de 2008), que não mais seria criado o Setor de Manejo Florestal durante o período do Projeto. Em virtude disso, as expressões referentes à criação de setores foram retiradas da PDM e do PO.
3) Atividades sob o Resultado 3	Idem	<p>GERAL: Comparando com a última versão do PO, as atividades do Resultado 3 estão avançando praticamente conforme o planejado e, segundo os envolvidos com o Projeto, há perspectivas de que as sub-atividades constantes no PO sejam concluídas até o final do Projeto. Contudo, como no PO não foi estabelecido o "resultado esperado", em algumas sub-atividades o critério de julgamento quanto à conclusão da atividade se torna obscuro. Em virtude disso, a Missão de Avaliação teve dificuldade em julgar objetivamente se todas as sub-atividades iriam ser concluídas ou não até o final do Projeto. (Para detalhes sobre as realizações de cada sub-atividade, vide Material de Referência D: "Quadro de Atividades Realizadas")</p> <p>Abaixo, os pontos que merecem menção especial:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <u>Suspensão da transformação em cooperativas</u>: No começo, o Projeto previa a transformação das Associações em Cooperativas para possibilitar que as Associações organizassem a coleta e transporte dos produtos agro-florestais e da madeira legal e promovessem condições favoráveis para sua comercialização e, para tanto, foi acrescida, na PDM2, uma atividade que estabelecia que "As associações serão transformadas em cooperativa" (Atividade 3.3). Dentre os principais passos para a transformação em cooperativas pode-se citar (i) o fortalecimento da capacidade administrativa dos diretores das Associações; (ii) a construção do escritório da cooperativa; e (iii) o registro no órgão competente. Contudo, a construção do prédio que sediará a cooperativa não avançou. Além disso, percebeu-se que "vendo a real situação da população ribeirinha, é extremamente difícil considerar a criação e administração de uma cooperativa"<sup>3</sup>. Por outro lado, tomou-se conhecimento, através de pesquisa feita pelo encarregado jurídico do IEF, que a transformação em cooperativa não era uma obrigação legal para que se pudesse promover a coleta / transporte coletivos ou a comercialização sob condições favoráveis de produtos florestais não-madeireiros ou agro-florestais, bastando, para tanto, que se fizesse a alteração devida no estatuto da Associação. Levando tais fatos em consideração, ficou decidido, na 6ª. reunião do JCC (setembro de 2008), que não mais se promoveria a transformação das associações em cooperativa, sendo a referida atividade retirada da PDM e do PO.</li> <li>2. <u>Suspensão da criação do Setor de SAFs</u>: No começo, estava prevista, no âmbito do Resultado 3, a criação de um Setor de SAFs em cada Associação, através do qual a assistência seria dada. No entanto, como não havia avanços no preenchimento do requisito para a criação de setores nas Associações (estabelecimento de um escritório principal), ficou acordado, na 6ª. reunião do JCC (setembro de 2008), que não mais se promoveria a criação de setores durante o período do Projeto. Com base nisso, as expressões referentes à criação de setores foram retiradas da PDM e do PO.</li> <li>3. <u>Acréscimo da atividade relacionada à avaliação técnica de SAFs</u>: Tendo em vista que, para divulgar os sistemas agro-florestais implementados no Projeto era preciso uma avaliação técnica sobre o seu conteúdo, na 6ª. reunião do JCC (setembro de 2008) foi acrescida na PDM uma atividade que estabelecia "Prestar assistência na avaliação técnica de sistemas agro-florestais" (atual Atividade 3-3).</li> </ol>
4) Atividades sob o	Idem	Comparando com a última versão do PO, as atividades do Resultado 4, à exceção da

<sup>3</sup> Anexo à ata da 6a. reunião do JCC.

## Anexo 4: Processo de Implementação do Projeto

ITEM	Fonte das Informações / Métodos	Resultados (dados de 01DEZ2008)
Resultado 4		<p>Atividade 4.2, estão praticamente avançando conforme o planejado, havendo perspectivas de que as sub-atividades previstas sejam concluídas até o final do Projeto.</p> <p>Abaixo, os pontos que merecem menção especial:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li data-bbox="467 536 1491 757">1. <u>Atividade 4.1: Realizar reuniões periódicas entre as associações e o Setor Moveleiro:</u> Comparando com a última versão do PO, esta atividade está avançando praticamente conforme o planejado. Segundo o planejamento, estão previstas 3 reuniões periódicas durante o período do Projeto, sendo que a primeira reunião foi realizada em agosto e setembro de 2008, nas regiões de Maracá e Mazagão. As segunda e terceira reuniões estão com realização prevista para fevereiro e março de 2009, respectivamente.</li> </ol> <p>No PO inicial, estava programada a realização, a partir de setembro de 2006, de uma reunião periódica bimestral. Nesse sentido, pode-se dizer que, comparado ao planejamento inicial, houve uma revisão decrescente do nível de expectativas quanto ao intercâmbio de informações. O atraso com relação ao planejamento inicial na realização das reuniões periódicas ocorreu porque, em primeiro lugar, procurou-se adiar até que fosse realizado o 2º. inventário florestal (Inventário 100%) nas Áreas-Objeto do Projeto. Isso porque a equipe do Projeto temia que uma reunião periódica antes da hora poderia criar expectativas erradas nos ribeirinhos e, também, poderia estimular o comércio ilegal de madeira. O 2º. inventário florestal na região de Maracá foi realizado em outubro – dezembro de 2007 mas a realização da reunião periódica foi postergada ainda mais porque, mesmo o 2º. inventário florestal tendo sido concluído, ainda não se tinha idéia de quando sairia a aprovação do plano de manejo florestal em função de condições externas. O atual planejamento (PO4), revisando o objetivo e a frequência das reuniões periódicas com base na situação do Projeto, foi aprovado na 6ª. reunião do JCC.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li data-bbox="467 1308 1491 1705">2. <u>Atraso em “Prestar assistência à associação na assinatura e execução de um contrato de fornecimento de madeira com a UNIMOVEIS.” (Atividade 4.2):</u> Segundo a última versão do PO, estão previstas 4 sub-atividades dentro desta atividade: palestra sobre o Setor Moveleiro do Amapá (sub-atividade 4-2a), orientação sobre padrão, preço, quantidade e qualidade da madeira (sub-atividade 4-2b), orientação sobre contrato de compra e venda de madeira (sub-atividade 4-3c), e orientação sobre fornecimento de madeira conforme o contrato (sub-atividade 4-4d). Dessas, a sub-atividade 4-2a (palestra sobre o Setor Moveleiro do Amapá) foi realizada conforme o planejado. No entanto, no que diz respeito às sub-atividades 4.2b a 4.2d, atraso nas atividades que lhes antecedem e que lhes são indispensáveis faz com que não haja perspectivas de que sejam realizadas conforme o planejamento, sendo pequenas as chances de virem a começar / terminar até o final do Projeto.</li> </ol> <p>Em termos concretos, a sub-atividade 4.2b (orientação sobre padrão, preço, quantidade e qualidade da madeira) foi contemplada para ser realizada por ocasião das discussões voltadas para a elaboração do contrato de fornecimento de madeira entre a Associação Agro-Florestal e a Cooperativa Moveleira. A Cooperativa demonstrou interesse na celebração do contrato de fornecimento de madeira e já começou as discussões sobre padrão e qualidade, ficando as discussões sobre quantidade e preço para depois da aprovação do plano de manejo florestal da região de Maracá. Entretanto, como já foi mencionado anteriormente, há incertezas quanto à aprovação do plano de manejo florestal da região de Maracá até o final do Projeto. Conseqüentemente, as perspectivas de que as discussões sobre padrão, quantidade, qualidade, preço, etc. comecem até o término do Projeto são baixas, o que nos obriga a afirmar que a probabilidade de a sub-atividade 4.2b em diante iniciar / terminar também é</p>

## Anexo 4: Processo de Implementação do Projeto

ITEM	Fonte das informações / Métodos	Resultados (dados de 01DEZ2008)
		pequena.
<b>3</b> <b>Administração do Projeto</b>		
(1) Estrutura de Implementação	Questionário / Entrevista com C/P / J/E	<p>No início, o Diretor do Projeto era o Secretário da SEDE e os Gerentes do Projeto, o Diretor do IEPA e o Secretário da SEICOM. Como órgãos executores participavam 6 órgãos estaduais (SEDE, IEPA, SEICOM, SETEC, IEF e RURAP) e 4 órgãos federais (EMBRAPA, SEBRAE, SENAI e IBAMA), totalizando 10 órgãos governamentais.</p> <p>Visando uma administração mais eficiente do Projeto, na avaliação intermediária foi feita uma recomendação de se alterar a estrutura de implementação. Os principais pontos da alteração estão resumidos a seguir:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <u>Diretor do Projeto</u>: Mudou do Secretário da SEDE para o Diretor-Presidente do IEF. As principais razões para essa mudança residiam no fato de que do IEF, criado após o início do Projeto dentro do governo do estado em abril de 2007, esperava-se (i) o desempenho de um importante papel na implementação do Projeto, principalmente na sua condição de responsável pelos Resultados 1 e 2; e (ii) o desempenho de um importante papel nas ações direcionadas à consecução do Objetivo Superior, após o término do Projeto.</li> <li>2. <u>Gerente do Projeto</u>: Mudou do Diretor do IEPA para o Diretor-Presidente do RURAP. As razões para essa mudança foram (i) a redução do papel do IEPA no Projeto, e (ii) o desempenho de um importante papel pelo RURAP principalmente no tocante aos Resultados 2 e 3.</li> <li>3. <u>Órgãos Implementadores</u>: O Projeto passou a ser implementado por 6 órgãos executores que alocam funcionários para as atividades do Projeto, a saber: IEF (órgão relacionado aos Resultados 1 e 2), RURAP (órgão relacionado aos Resultados 1 a 3), e SEICOM / SENAI / SEBRAE / IEPA (órgãos relacionados ao Resultado 4), em cooperação com 6 órgãos colaboradores, a saber: SEDE, IBAMA, SEMA, EMBRAPA, INCRA e GRPU.</li> </ol> <p>A recomendação da avaliação intermediária foi aprovada na 4ª. reunião do JCC (dezembro de 2007), e colocada em prática em seguida.</p> <p>Posteriormente, nas 5ª. e 6ª. reuniões do JCC houve novas alterações na estrutura de implementação. Na nova estrutura, 3 órgãos do governo estadual passaram a ser os órgãos executores (IEF, RURAP e SEICOM), enquanto 5 órgãos estaduais (SEDE, SDR, SETEC, IEPA e SEMA), 6 órgãos federais (SEBRAE, SENAI, IBAMA, EMBRAPA, INCRA e GRPU) e a Prefeitura de Mazagão, totalizando 12 órgãos, passaram a ser os órgãos colaboradores do Projeto.</p>
(2) Tomada de Decisões & Processo de Monitoramento	Análise dos relatórios do projeto, materiais relacionados com PO e PDM, Questionário & entrevista com C/P, J/E	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <u>Comitê de Coordenação Conjunta (JCC)</u>: A primeira reunião do JCC, órgão de tomada de decisões do Projeto, ocorreu em junho de 2006<sup>4</sup>, sendo seguida por mais 5 reuniões realizadas, respectivamente, em dezembro de 2006, agosto e dezembro de 2007 e março e setembro de 2008. Atualmente preside o JCC o Diretor-Presidente do IEF, que é o Diretor do Projeto, conforme estabelecido no R/D. A ata do JCC é finalizada com a leitura / assinatura pelos envolvidos. Os assuntos acordados no JCC foram, de maneira geral, implementados. No tocante ao formato da ata do JCC, embora na avaliação intermediária tenha sido feita recomendação no sentido de tornar mais clara a sua redação, especificando em tópicos separados aspectos como item da agenda, descrição se o mesmo foi ou não aprovado, ações a serem tomadas, e cronograma e nome da pessoa responsável por sua execução, não houve melhoria.</li> </ol>

<sup>4</sup> As funções do JCC delineadas no Registro de Discussões (R/D) do Projeto são: (I) discutir e decidir todas as estratégias na administração e coordenação do Projeto; (II) Revisar e endossar o plano anual do Projeto; (III) Monitorar e avaliar o progresso do Projeto; e (IV) Tomar decisões pertinentes à total administração do Projeto.



## Anexo 4: Processo de Implementação do Projeto

ITEM	Fonte das informações / Métodos	Resultados (dados de 01DEZ2008)
		<p>2. <u>Comitê Gestor</u>: Paralelamente ao JCC, em junho de 2007 foi criado o Comitê Gestor do Projeto. Atualmente esse Comitê tem a seguinte composição: Diretor do Projeto – 1 pessoa (IEF), Gerentes do Projeto – 2 pessoas (SEICOM e RURAP), Coordenador Local – 1 pessoa (IEF), responsáveis pelos Resultados conforme estabelecido no PO (IEF – 1 pessoa, RURAP – 2 pessoas, SDR – 1 pessoa, SEICOM – 1 pessoa), Peritos – 3 pessoas, e o representante do Escritório da JICA no Brasil – 1 pessoa, totalizando 13 membros. Esse Comitê se reúne uma vez por mês, no final do mês, quando se verifica o andamento das atividades do mês corrente e o plano de atividades do mês seguinte, bem como se discute sobre outros itens pendentes. A proposta da pauta do Comitê Gestor normalmente é elaborada pelo Consultor-Chefe, o qual, após discutir com o Coordenador Local, a finaliza e a submete ao Diretor do Projeto. A ata é elaborada pelo lado brasileiro ou pelo lado japonês, sendo enviada aos envolvidos pelo Consultor-Chefe. Até o momento foram realizadas 13 reuniões do Comitê Gestor, mas os Gerentes do Projeto, em virtude de outros compromissos, se ausentaram em algumas. No entanto, na maioria das vezes foram representados pelos responsáveis pelos Resultados, não tendo a ausência dos Gerentes causado nenhum problema.</p> <p>3. <u>Reuniões Periódicas</u>: Na primeira reunião do Comitê Gestor do Projeto, realizada em junho de 2007, ficou decidida a realização de uma reunião semanal com a participação dos Contrapartes técnicos da SEDE, RURAP, IEF e SEICOM e os Peritos, onde seria feito o planejamento, etc. das atividades. No entanto, após a alteração da estrutura de implementação, aprovada na 4ª reunião do JCC, entendeu-se que o Comitê Gestor do Projeto substituiria as reuniões semanais, de modo que estas deixaram de ocorrer. No tocante às reuniões periódicas entre a equipe de Peritos, são realizadas regularmente a cada duas semanas.</p> <p>4. <u>Monitoramento pela JICA</u>: O Projeto tem apresentado à JICA um relatório de progresso a cada seis meses (em japonês). Até o momento foram apresentados 6 relatórios, respectivamente em maio e dezembro de 2006, agosto de 2007, janeiro, agosto e novembro de 2008. O segundo relatório foi elaborado pelo lado brasileiro e, posteriormente, traduzido para o japonês. No tocante ao quinto relatório, foi finalizado após o seu rascunho, elaborado em português pela equipe de Peritos, ter sido compartilhado com o lado brasileiro, antes de ser apresentado à JICA. Além disso, à época do término da fase preparatória do Projeto, em maio de 2006, a JICA enviou uma Missão de Acompanhamento, a qual deu assistência na elaboração das propostas da PDM1 e do PO1. Em fevereiro de 2007 foi enviada uma Missão de Monitoramento para monitorar o andamento geral do Projeto. O Escritório da JICA no Brasil tem participado sempre das reuniões do JCC e do Comitê Gestor do Projeto.</p> <p>5. <u>Administração do Projeto pela PDM e PO</u>: A PDM foi revisada acatando as recomendações da avaliação intermediária e, posteriormente, foi objeto de novas revisões de acordo com o andamento das atividades. Tal fato promoveu o compartilhamento, entre os envolvidos no Projeto, de um entendimento em comum quanto ao grau de consecução geral do Projeto. No tocante ao PO, embora tenha sido apontada, na época da avaliação intermediária, a não determinação de itens necessários como "Resultados Esperados", "Implementador", "Investimentos", para cada sub-atividade, não houve melhoria nesse tocante. Além disso, não foi elaborado PO Anual.</p>
(3) Comunicação	Análise dos relatórios de progresso do projeto, Questionário & entrevista com C/P, J/E	Dentro de cada área técnica (i.e. manejo florestal, sistemas agro-florestais e processamento de madeira), a comunicação entre a equipe de Peritos Japoneses e seus Contrapartes técnicos brasileiros, bem como entre os Contrapartes técnicos brasileiros, é, de uma maneira geral, suficiente para a implementação do dia-a-dia do Projeto. A comunicação entre áreas técnicas diferentes precisa ser melhorada ainda mais.
4. Articulação com os	Idem	1. Articulação com os Órgãos Colaboradores: Os órgãos colaboradores têm cooperado com o Projeto na condição de membros do JCC ou da Comissão de

## Anexo 4: Processo de Implementação do Projeto

ITEM	Fonte das informações / Métodos	Resultados (dados de 01DEZ2008)
Orgãos Envolvidos		<p>Análise da Diretriz Básica. Os itens que merecem menção especial estão especificados a seguir.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ SEDE: Na primeira metade do Projeto foi o principal órgão executor, tendo desempenhado um importante papel. Na segunda metade, também, tem aconselhado / apoiado de maneira apropriada sempre que solicitado pelo Diretor do Projeto. Além disso, o galpão da SEDE está sendo disponibilizado para a armazenagem de parte dos equipamentos relacionados ao Projeto (peças das voadeiras, geradores, etc.).</li> <li>➤ SDR: Alocou um extensionista do escritório de Maracá para atuar como colaborador do Projeto (Contraparte de fato do Projeto), para que o mesmo desse assistência, na região de Maracá, nas atividades relacionadas a sistemas agro-florestais e transformação da Associação em cooperativa. A SDR também enviou um funcionário para as visitas a áreas desenvolvidas de SAFs, planejadas pelo Projeto. Além disso, o setor de relações públicas, etc. do SDR tem trocado informações com o Projeto.</li> <li>➤ SETEC: Cooperou através de investimentos com funcionário e recursos para a realização de pesquisa sobre a pracuúba ou o curso de motoserra, executados no âmbito do Resultado 2.</li> <li>➤ IEPA: Cooperou em diversos levantamentos e na escolha das Áreas-Objeto, no âmbito do Resultado 0.</li> <li>➤ SEMA: Autorizou os cursos de motoserra na região de Maracá, realizados no âmbito do Resultado 2.</li> <li>➤ SENAI: Alocou dois funcionários (instrutores) para serem Contrapartes do Projeto na área de processamento de madeira.</li> <li>➤ SEBRAE: Disponibilizou espaço para expor os móveis fabricados nos cursos de processamento de madeira do Projeto, por ocasião da Feira Equinócio e da Expofeira (sob o patrocínio do SEBRAE). Além disso, ao mesmo tempo em que fez o mesmo na AmazonTech, realizada no estado do Maranhão (sob o patrocínio do SEBRAE), também arcou com as despesas de viagem de um instrutor do SENAI (um dos Contrapartes supramencionados) para esse evento.</li> <li>➤ EMBRAPA: Tem cooperado com as atividades relacionadas a sistemas agro-florestais do Resultado 3, através da disponibilização de informações / conselhos.</li> <li>➤ GRPU: No tocante à região de Mazagão, localizada em terras de propriedade da União e administrada pelo GRPU, concedeu o direito de uso da terra através da "Autorização de Uso" outorgada às 75 famílias que possuíam a documentação completa, dentre as 117 que participam da Associação Agro-Florestal. Ao mesmo tempo, regularizou o inventário florestal 100% para a elaboração do plano de manejo florestal ou de sistemas agro-florestais na referida área. Além disso, como resultado das discussões mantidas com o INCRA, concluiu que, para a região em questão, a criação de um assentamento agro-extrativista do INCRA seria a forma mais adequada para se estabelecer o direito de uso / ocupação da terra e, nesse sentido, vem dando andamento, em cooperação com o INCRA, aos procedimentos necessários para a criação do assentamento. Enquanto a "Autorização de Uso" não permite lidar com madeira, o que inviabilizaria a execução do plano de manejo florestal, com a criação do assentamento e a Associação Agro-Florestal tornando-se entidade administradora do assentamento, a elaboração / execução do plano de manejo florestal na região em questão tornar-se-á legal.</li> <li>➤ INCRA: Como foi mencionado acima, está em andamento, em cooperação com o GRPU, os procedimentos para criação de um assentamento do INCRA na região de Mazagão. Além disso, mantém uma postura cooperadora também no tocante às atividades do Projeto na região de Maracá, localizada dentro de um assentamento do INCRA.</li> </ul> <p>2 Outras Articulações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ ATEXMA: É a entidade administradora do assentamento de Maracá, onde se</li> </ul>

*Handwritten initials: U and AP*

## Anexo 4: Processo de Implementação do Projeto

ITEM	Fonte das informações / Métodos	Resultados (dados de 01DEZ2008)
		<p>localiza a região de Maracá, e colaborou na alteração do estatuto de modo a possibilitar a elaboração / execução do plano de manejo florestal a uma totalidade de 32 comunidades. Além disso, vem mantido discussões com a Associação Agro-Florestal de Maracá no tocante à concessão do direito de a Associação elaborar, em seu próprio nome, o plano de manejo florestal, de modo a possibilitar a sua elaboração / execução.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Fundação Orsa: Organização sem fins lucrativos administrada pelo grupo de empresas privadas "Orsa", a "Fundação Orsa" disponibilizou mudas como de açaí cultivadas em seus viveiros para as atividades do Resultado 3.</li> <li>➤ Sindicato das Indústrias Moveleiras do Estado do Amapá (SINDIMÓVEIS): O SINDIMÓVEIS cooperou com o Projeto no recrutamento de treinandos para os cursos na área de processamento de madeiras, realizados no âmbito do Resultado 4. Além disso, tem arcado com um seguro contra acidentes para os treinandos.</li> <li>➤ União Cooperativa Moveleira do Amapá (UNIMÓVEIS): A Cooperativa Moveleira tem demonstrado grande interesse na aquisição / utilização de madeira legal com previsão de ser produzida nas regiões de Maracá e Mazagão, estando também bastante entusiasmada com a celebração do contrato de fornecimento de madeira. Na palestra sobre o setor moveleiro, realizada no primeiro encontro para intercâmbio de informações organizado pelo Projeto nas duas regiões, participou o presidente da Cooperativa, o qual retornou outras vezes para as duas regiões por iniciativa própria da Cooperativa. Além disso, 18 profissionais de 12 empresas afiliadas à Cooperativa participaram dos cursos de processamento de madeira realizados até o momento.</li> <li>➤ Centro de Apoio à Indústria de Móveis do Amapá (CADIMA): O CADIMA foi criado no andamento do Projeto, em agosto de 2006, através de uma das ações do projeto APL – Madeira e Móveis do Amapá, iniciado em fevereiro de 2005. O CADIMA é uma entidade privada sem fins lucrativos que recebe o apoio de um conselho formado por representantes do Governo do Estado do Amapá (onde se inclui a SEICOM), SEBRAE, SENAI, SINDIMÓVEIS, Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Prefeitura de Santana. O Diretor do CADIMA é um funcionário da SEICOM, que é também um Contraparte do presente Projeto, de modo que a cooperação para com o Projeto são intensas. Por exemplo, o CADIMA vem disponibilizando o espaço para os cursos de processamento de madeira desde maio de 2007. Tem planos, também, de construir um galpão com capacidade de armazenar 1.600 metros cúbicos de madeira, onde já está instalada uma secadora. Caso o contrato de fornecimento de madeira entre as Associações Agro-Florestais e a Cooperativa Moveleira seja celebrado / executado, a madeira legalizada deverá ser armazenada nesse galpão.</li> <li>➤ Casa da Hospitalidade: A Casa da Hospitalidade, uma organização sem fins lucrativos voltada para a assistência social infantil, disponibilizava o espaço para os cursos de processamento de madeira antes de o CADIMA ser criado.</li> </ul>
5. Outros fatores que afetaram o processo de implementação	Idem	<p>1. Outros Fatores Contributivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ O Objetivo e o Objetivo Superior do Projeto são coerentes com o Plano Plurianual do governo federal e do governo do estado do Amapá, o que possibilitou que os órgãos executores e colaboradores do Projeto, representados por 15 órgãos dos governos federal e estadual, pudessem se articular em prol de um objetivo comum.</li> <li>➤ A abordagem adotada no presente Projeto, a qual interliga o local de produção dos recursos florestais ao local de seu consumo, é coerente com a abordagem priorizada pelo Governo do Estado do Amapá (cadeia ecológica) na promoção da indústria local. Tal fato contribuiu para que vários órgãos cooperassem entre si, convergindo esforços na tentativa de superar os vários obstáculos que se lhe apresentavam no processo de consecução dos objetivos.</li> <li>➤ Até o momento, a população ribeirinha da Área do Projeto levava uma vida</li> </ul>

## Anexo 4: Processo de Implementação do Projeto

ITEM	Fonte das informações / Métodos	Resultados (dados de 01DEZ2008)
		<p>centrada na extração de recursos naturais. Pode-se dizer que os Sistemas Agro-Florestais (SAFs) introduzidos pelo Projeto divergiam em natureza do seu estilo de vida, o que fez com que se levasse tempo para a sua adoção / divulgação. No entanto, entre os moradores de ambas as Áreas-Objeto existiam algumas pessoas com boa compreensão sobre o Projeto que cooperaram, desenvolvendo atividades de SAFs que serviram de modelo. Os resultados obtidos por eles estimularam o restante da população a participar ativamente do SAFs. Por outro lado, o fato de a demanda de açaí ter aumentado durante o período do Projeto e o Governo Estadual ter correspondido positivamente serviu como incentivo para a participação no manejo / cultivo de açaizais. A sobreposição desses fatores fez com que o número de famílias implementando os SAFs nas duas Áreas-Objetos do Projeto aumentasse vertiginosamente de 2007 para 2008. (Para os valores numéricos, vide Anexo 3 "Realizações do Projeto")</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Com relação à obtenção de madeira legal, há uma grande expectativa generalizada no setor madeireiro do estado do Amapá. Expectativa esta que serviu para promover a participação do setor moveleiro no Projeto.</li> </ul> <p>2. Outros Fatores Impeditivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Durante a época eleitoral (setembro a outubro de 2006 e setembro a outubro de 2008), as atividades do Projeto ficaram paralisadas.</li> <li>➤ Os Contrapartes técnicos ficam sobrecarregados porque, além das atividades do Projeto, têm que desempenhar suas atribuições normais ou outras a eles solicitadas.</li> <li>➤ As medidas quanto aos custos locais no início do ano fiscal brasileiro (janeiro a março) atrasaram.</li> <li>➤ Até o momento, a população ribeirinha da Área do Projeto levava basicamente uma vida extrativista de base familiar, não estando habituada a ações conjuntas organizadas. Principalmente no tocante a uma das Área-Objeto, o fato de se encontrar em situação que dificultava a articulação sob o ponto de vista geográfico, comprometeu as articulações dentro de cada associação. Em virtude disso, é inevitável que as atividades priorizem, de certa forma, a orientação individual. No entanto, a suinocultura cativa, baseada na agricultura natural e que começou a ser introduzida como uma medida para fazer face a um dos fatores impeditivos do SAFs, que era a criação extensiva de porcos, chamou a atenção da população a ponto de ser criado um grupo de suinocultura na região de Mazagão. Esta foi a primeira vez que atuaram em conjunto por iniciativa própria nessa região, havendo possibilidade de vir a se tornar um modelo no futuro.</li> </ul>




## Anexo 5: Avaliação segundo os Cinco Critérios

### 1. ADEQUAÇÃO: Julgando-se no geral, acredita-se que a Adequação foi suficiente.

Item	Fontes/ Método	Avaliação (dados de 01DEZ2008, salvo menção em contrário)
<b>1.1 Necessidade</b>		
(1) Coerência com relação à necessidade do Brasil e da região	Análise dos documentos pertinentes	<p>O Objetivo Superior ("Utilização sustentável de recursos florestais na região da várzea na Área do Projeto no Estado do Amapá, e melhoramento do meio de vida dos ribeirinhos") condiz com as necessidades do Brasil e do Estado do Amapá.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Para o Brasil (governo federal), proteger a região amazônica é uma necessidade prioritária. Promover a melhoria de vida da população que aí reside bem como o uso sustentável dos recursos naturais atende as necessidades do Brasil.</li> <li>➤ As várzeas da Área do Projeto apresentam sérias limitações nas ações de desenvolvimento. Nesse sentido, promover a melhoria de vida dos ribeirinhos, através do aprimoramento dos métodos de utilização dos recursos florestais com a introdução de sistemas agro-florestais (SAFs) sustentáveis ou planos de manejo florestal sustentável comunitário, vai de encontro com as necessidades do governo estadual, o qual visa a proteção da natureza combinada com o desenvolvimento. De fato, nos programas do Plano Plurianual (2008-2011) do Governo do Estado do Amapá estão incluídas "a introdução de manejo florestal comunitário" e "a assistência ao manejo de açazais".</li> <li>➤ Além disso, o estado do Amapá desenvolve um programa de desenvolvimento da indústria local, em que uma das áreas de maior peso é o "Madeira e Móveis". Para o fomento da indústria local, prioriza-se a "cadeia ecológica", pela qual se faz a interligação do local de produção até o seu processamento. Macapá, capital do estado do Amapá é o principal centro de coleta da madeira extraída pelos ribeirinhos, possuindo um grande potencial para se tornar um centro de fabricação moveleira para produtos locais. Contudo, a madeira não só não está sendo utilizada eficientemente como, também, o nível técnico do processamento de madeira ou de fabricação moveleira é baixo, não possuindo força competitiva na criação de um produto local quando comparado com outros estados. Como os ribeirinhos são obrigados a vender a madeira a preços extremamente baixos aos atravessadores, acabam tendo que repetir a exploração sem nenhum planejamento para manterem seu sustento. Caso esse manejo florestal e uso da madeira de modo inadequado, decorrentes da extração não planejada, continuem, num futuro próximo os recursos florestais das várzeas do Estado do Amapá sofrerão uma diminuição drástica, podendo trazer resultados extremos para os próprios ribeirinhos e afetar, inclusive, a indústria madeireira na qual se inclui a indústria moveleira. Assim, o uso sustentável dos recursos florestais, por parte dos ribeirinhos, contribui para a melhoria do seu meio de vida e beneficia não só os próprios ribeirinhos como também a indústria madeireira. Neste sentido, pode-se dizer que, também sob este aspecto, o Objetivo Superior está de acordo com as necessidades do estado do Amapá.</li> </ul>
(2) Coerência com relação à necessidade dos grupos-alvo	Análise dos documentos pertinentes, questionário e/ou entrevista com C/P, e grupos-alvo	<p>O Objetivo do Projeto ("Melhoria na metodologia de utilização de recursos florestais que contribuem para o melhoramento do meio de vida dos ribeirinhos nas várzeas da Área do Projeto no Estado do Amapá") condiz com as necessidades dos grupos-alvo.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ A melhoria do meio de vida é uma necessidade universal e de curto-prazo dos ribeirinhos. Para eles cuja vida é centrada no extrativismo, os principais recursos locais que servem para melhorar seu meio de vida são os produtos madeireiros, os produtos não-madeireiros como o açaí, animais domésticos e produtos de origem aquática como camarão e peixe. Dentre tais recursos, o presente Projeto tem como objeto os recursos florestais, sejam eles madeireiros ou não-madeireiros, de modo que existe coerência com relação às necessidades do grupo-alvo. Principalmente no tocante ao açaí, cuja demanda e preço vem aumentando nos últimos anos, a população tem demonstrado grande interesse na melhoria do seu meio de vida através do manejo de açazais. Pelas respostas ao questionário e às entrevistas feitas aos representantes das Associação Agro-Florestais, também pôde ser verificado que o aprimoramento do método de utilização dos recursos florestais que contribuem para a melhoria do meio de vida condiz com as necessidades da população ribeirinha.</li> </ul>
<b>1.2 Prioridade</b>		



## Anexo 5: Avaliação segundo os Cinco Critérios

(1) Coerência com relação às políticas de desenvolvimento do Brasil	Análise do plano de desenvolvimento nacional	<p>O Objetivo Superior é considerado pertinente às políticas de desenvolvimento nacional do Brasil.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ De acordo com os "Megaobjetivos II – Dimensões Econômica, Regional e Ambiental" da Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo 2004-2007, "A preservação e o uso sustentável dos recursos naturais, em particular das nossas florestas, passa pelo fortalecimento das organizações ambientais do setor público e pela aplicação imediata das leis e dos mecanismos de controle e regulação da atividade econômica" e "É fundamental estimular a implementação de projetos intensivos no uso da biodiversidade brasileira voltados para o desenvolvimento econômico e social de diversas regiões brasileiras, constituindo-se em importante fonte de geração de emprego e renda para uma parcela significativa da população".</li> </ul>
(2) Coerência com relação às políticas de ODA do Japão	Análise de documentos sobre política de ODA	<p>O Objetivo Superior e o Objetivo do Projeto ainda estão em consonância com as políticas do Japão de Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ODA em inglês).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ De acordo com o "Contrato de Assistência Oficial para o Desenvolvimento", publicado pelo Governo do Japão, "atenção ao aquecimento global e problemas ambientais" é um dos quatro tópicos prioritários.</li> <li>➤ De acordo com a Política de Médio Prazo do Japão para a Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ODA), 2005, o Governo do Japão estabeleceu o setor ambiental como um dos mais importantes setores de cooperação internacional.</li> <li>➤ Na reunião de Discussão sobre Políticas de Cooperação Econômica entre o Japão e o Brasil (maio de 2004), o Governo do Japão confirmou que 6 áreas terão maior peso na assistência: "meio ambiente", "agricultura", "indústria", "saúde", "desenvolvimento social" e "cooperação tripartite". Além disso, nas "Diretrizes de Implementação de Projetos por País – Brasil (Proposta)" (outubro de 2008), "o meio ambiente (medidas contra mudança climática, organização do ambiente urbano)" foi listado como "uma das áreas prioritárias de assistência nas circunstâncias atuais" e nos empreendimentos a serem analisados no âmbito das medidas contra mudança climática está a "busca pela conservação do ambiente natural e pela redução do volume de emissão de gases do efeito estufa na floresta tropical amazônica, etc., combinando o fortalecimento de sistemas de vigilância florestal utilizando satélites, a promoção de atividades de manejo florestal / reflorestamento, e a difusão de sistemas agro-florestais (métodos agro-florestais)".</li> </ul>
<b>1.3 Adequação como Meio</b>		
(1) Vantagem Tecnológica do Japão	Questionário e/ou entrevista com C/P	Julgando pela avaliação que os C/P fizeram sobre os Peritos Japoneses enviados bem como pelo incremento que eles tiveram em sua capacidade técnica através do Projeto, acredita-se que há vantagens tecnológicas do Japão na área de uso sustentável de recursos florestais.

## 2. EFICÁCIA: Julgando-se no geral, acredita-se que a Eficácia do Projeto é média, tendo em vista ter sofrido a influência de condições externas.

Item	Fontes/ Método	Avaliação (dados de 01DEZ2008, salvo menção em contrário)
<b>2.1 Nível de Alcance dos Resultados</b>	Análise das Realizações do Projeto (Anexo 3) & relatórios do projeto, questionário e/ou entrevista com C/P e Peritos	<p>Julgando no geral pela situação de consecução dos Indicadores, há perspectivas de o Resultado 1 (Uma estrutura técnica de uso sustentável de recursos florestais das várzeas na Área do Projeto será estabelecida dentro do Governo do Estado do Amapá.) ser alcançado. Além disso, há perspectivas de o Resultado 3 (Sistemas agro-florestais serão implantados pelos ribeirinhos) ser atingido acima do nível planejado.</p> <p>Por outro lado, o Resultado 2 (Manejo sustentável da floresta será conduzido pelos ribeirinhos.), embora esteja estejando caminhando para sua consecução, a possibilidade de o plano de manejo florestal ser elaborado / aprovado está diminuindo devido a influências de condições externas. O Resultado 4 (Parceria entre os ribeirinhos e o setor moveleiro será criada e fortalecida.) também está no rumo de ser alcançado mas a sua consecução completa tem como pressuposto uma atividade do Resultado 2 que está atualmente em curso, qual seja, a aprovação / execução do 1º plano de manejo florestal (região de Maracá). Desta feita, somos obrigados a afirmar que a perspectiva de o Resultado 4 ser completamente alcançado durante o período do Projeto é reduzida.</p> <p>(Para detalhes de cada um dos Resultados, vide o item "3. Eficiência", abaixo)</p>



## Anexo 5: Avaliação segundo os Cinco Critérios

Item	Fontes/ Método	Avaliação (dados de 01DEZ2008, salvo menção em contrário)
<b>2.2 Nível de Consecução do Projeto e Nível de Contribuição dos Resultados</b>	Idem	<p>Embora o Objetivo do Projeto esteja rumando para a sua consecução, como é afetado pelo atraso que condições externas estão provocando no nível de consecução do Resultado 2, a perspectiva é de que o Objetivo do Projeto seja atingido após o seu término.</p> <p>Considera-se que houve coerência entre o Objetivo do Projeto e os Resultados. Os Resultados 1, 2 e 3 contribuem diretamente para a consecução do Objetivo do Projeto. No tocante ao Resultado 4, considerando que a criação e o fortalecimento de articulações entre os ribeirinhos e o setor moveleiro têm relação com a garantia de um mercado estável da madeira legal produzida nas Áreas-Objeto através do Resultado 2, confirmou-se que contribui para a consecução do Objetivo do Projeto. Neste sentido, pode-se dizer que todos os Resultados estão contribuindo, ou há perspectivas de que contribuam, para a consecução do Objetivo do Projeto. Se os Resultados tivessem sido alcançados conforme o planejado, o Objetivo do Projeto também teria sido alcançado até o final do Projeto.</p>
<b>2.3 Condições Externas</b>	Idem	Até o momento, a Condição Externa para se chegar ao Objetivo do Projeto ("Não ocorrência de alterações bruscas da economia regional que afetem a renda da população ribeirinha") está sendo satisfeito.

### 3. EFICIÊNCIA: Julgando-se no geral, acredita-se que a Eficiência do Projeto é média, tendo em vista ter sofrido a influência de condições externas.

Item	Fontes/ Método	Avaliação (dados de 01DEZ2008, salvo menção em contrário)
<b>3.1 Situação de Geração dos Resultados</b>	Análise das Realizações do Projeto (Anexo 3), relatórios do projeto, questionário & entrevista com C/P & Peritos	<p>A situação geral de geração dos resultados é conforme mencionado no item "2. Eficácia", sub-item "2.1 Nível de Alcance dos Resultados". Abaixo, a situação de geração de cada Resultado vista individualmente:</p> <p>➤ <u>Resultado 1:</u> O Resultado 1 está sendo gerado praticamente conforme o planejado, havendo perspectivas de ser completamente gerado até o final do Projeto.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Indicador 1.1:</u> Está quase alcançado, embora o nível de alcance esteja ligeiramente atrasado com relação ao planejamento. As atividades relacionadas à Diretriz Básica, com elaboração prevista para novembro de 2008, estão ligeiramente atrasadas mas o rascunho já está pronto. A previsão é de que o rascunho seja finalizado pela Comissão de Análise em dezembro do mesmo ano e aprovado na 8ª. reunião do JCC, prevista para março de 2009. Neste sentido, o presente Indicador tem perspectiva de ser completamente atingido até o final do Projeto.</li> <li>• <u>Indicador 1.2:</u> Já foi alcançado. Em abril de 2007 o IEF foi criado dentro da estrutura do Governo do Estado do Amapá, como o órgão responsável em executar as políticas públicas relacionadas ao uso sustentável dos recursos florestais na várzea, tendo sido seu estatuto aprovado pelo Governador em janeiro de 2008.</li> </ul> <p>➤ <u>Resultado 2:</u> O Resultado 2 está sendo parcialmente gerado mas, de maneira geral, está atrasado com relação ao planejamento. Acredita-se que são poucas as perspectivas de o Resultado 2 ser completamente gerado até o final do Projeto.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Indicador 2.1 e Indicador 2.2:</u> Já foram alcançados. Conforme o planejado, foi criada uma Associação Agro-Florestal em cada Área-Objeto e mais de 35% dos produtores ribeirinhos que estão envolvidos com atividades florestais estão registrados na Associação (Maracá 92% e Mazagão 75%).</li> <li>• <u>Indicador 2.3:</u> Está parcialmente alcançado, embora o nível de alcance esteja atrasado com relação ao planejamento. Na região de Maracá a proposta do plano de manejo florestal está praticamente pronta, mas em função de condições externas, as perspectivas de o referido plano ser aprovado, segundo o planejamento, até fevereiro de 2009 são reduzidas, sendo poucas as chances de o mesmo ser aprovado até o final do Projeto. Por outro lado, na região de Mazagão, em decorrência da demora no processo de estabelecimento do direito de uso / ocupação do solo dos</li> </ul>

*u A*

## Anexo 5: Avaliação segundo os Cinco Critérios

Item	Fontes/ Método	Avaliação (dados de 01DEZ2008, salvo menção em contrário)
		<p>ribeirinhos, não foi possível realizar o 2º inventário florestal previsto para a estação seca de 2008. Como na estação seca de 2009 o Projeto já terá terminado, provavelmente o plano de manejo florestal não será elaborado / aprovado até o término do Projeto. Neste sentido, acredita-se que são poucas as perspectivas de o presente Indicador ser completamente alcançado até o final do Projeto.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Indicador 2.4</u>: Está parcialmente alcançado, embora o nível de alcance esteja atrasado com relação ao planejamento. Na região de Maracá os cursos técnicos necessários à implementação dos planos de manejo florestal foram realizados junto aos associados conforme planejado, de modo que, saindo a aprovação do plano de manejo florestal, os mesmos estarão dotados de capacidade técnica para implementar o referido plano de imediato. No entanto, como foi mencionado no Indicador 2.3, são poucas as perspectivas de o referido plano ser aprovado até o final do Projeto, bem como baixas as possibilidades de ser dado início à sua implementação. Neste sentido, acredita-se que são poucas as perspectivas de o presente Indicador ser completamente alcançado até o final do Projeto.</li> </ul> <p>➤ <u>Resultado 3</u>: O Resultado 3 foi quase todo gerado, havendo perspectivas de ser gerado completamente até o final do Projeto.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicador 3.1: Já foi alcançado, sendo o nível de alcance superior ao planejado. Em cada Área-Objeto, mais de 35% das famílias que fazem parte das associações participam de atividades agro-florestais através do Projeto (Maracá 51% e Mazagão 47%).</li> <li>• Indicador 3.2: Já foi alcançado, sendo o nível de alcance superior ao planejado. Sistemas agro-florestais estão sendo implementados num total de 148 ha de terra (o índice programado era de 60ha) de ambas as Áreas-Objeto.</li> <li>• Indicador 3.3: Está parcialmente alcançado, estando o nível de alcance conforme o planejado. Os preparativos dos relatórios, compilando as experiências acumuladas até o momento, já foram iniciados, sendo que a previsão é de que sejam elaborados até março de 2009. Neste sentido, presume-se que o presente Indicador será completamente alcançado até o final do Projeto.</li> </ul> <p>➤ <u>Resultado 4</u>: O Resultado 4 está sendo parcialmente gerado e, no momento, pode-se dizer que a situação de geração está de acordo com o planejamento. A condição necessária para que o Resultado 4 seja gerado por completo é a conclusão do processo de elaboração / aprovação do plano de manejo florestal, atualmente em curso no âmbito do Resultado 2. Presume-se que, se esse processo tivesse avançado conforme o planejado, o Resultado 4 teria sido gerado até o final do Projeto conforme o planejado. No entanto, como foi mencionado no item sobre o Resultado 2, as perspectivas de o plano de manejo florestal ser aprovado até o final do Projeto são baixas. Neste sentido, acredita-se que são poucas as perspectivas de o Resultado 4 ser completamente alcançado até o final do Projeto.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Indicador 4.1</u>: Está parcialmente alcançado. As reuniões para intercâmbio de informações entre as Associações Agro-Florestais e a Cooperativa Moveleira do Estado do Amapá, realizadas como preparativos preliminares do contrato de fornecimento de madeira, estão acontecendo conforme o planejado, havendo perspectivas de continuar acontecendo conforme o planejado daqui para frente. No entanto, no tocante às discussões concretas com relação ao contrato de fornecimento de madeira, é intenção da Cooperativa Moveleira aguardar a aprovação do plano de manejo florestal para dar início a elas. A relação de confiança entre as duas partes está sendo construída e, saindo a aprovação do plano de manejo florestal em fevereiro de 2009 conforme o planejado, acredita-se que o Indicador 4.1 terá sido alcançado conforme o planejado. No entanto, como foi mencionado acima, as perspectivas de o plano de manejo florestal ser aprovado até o final do Projeto são reduzidas. Neste sentido, acredita-se que são poucas as perspectivas de o presente Indicador ser completamente alcançado até o</li> </ul>

## Anexo 5: Avaliação segundo os Cinco Critérios

Item	Fontes/ Método	Avaliação (dados de 01DEZ2008, salvo menção em contrário)
		<p>final do Projeto.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Indicador 4.2:</u> Para que este Indicador (entrega de madeira legal produzida na região de Maracá) seja alcançado, é preciso que o Indicador 4.1 (celebração do contrato de fornecimento de madeira) tenha sido alcançado. No entanto, como foi mencionado acima, as perspectivas de o Indicador 4.1 ser atingido até o final do Projeto são reduzidas, de modo que somos obrigados a afirmar que as perspectivas de o presente Indicador ser alcançado até o final do Projeto também são reduzidas.</li> <li>• <u>Indicador 4.3:</u> O presente Indicador é composto por vários elementos. Até o momento foram realizados 5 cursos conforme o planejado, sendo que 27 profissionais de 18 empresas moveleiras do Estado do Amapá participaram no mínimo uma vez dos cursos. Embora não existissem informações sobre a situação de aprendizado, quando a Missão de Avaliação fez uma avaliação técnica de 5 pessoas (5 empresas) dentre as 8 pessoas (5 empresas) que fizeram 2 ou mais cursos, constatou-se que todas tinham atingido o nível necessário para fabricar móveis. Além disso, segundo levantamento feito pelo Projeto por telefone, 85% dos que estavam atendendo o curso responderam que possuíam algum histórico de fabricação / venda de móveis em que aplicaram técnicas aprendidas nos cursos e 82%, que houve agregação de valor nos móveis que fabricaram com a aplicação de técnicas aprendidas nos cursos. Além disso, a quase totalidade das empresas que enviaram funcionários para participar dos cursos responderam que utilizam madeira extraída da várzea na fabricação de móveis e que têm interesse na madeira legal com previsão de ser extraída da Área do Projeto. Embora seja difícil medir o nível exato que foi alcançado, por não haver índices programados no presente Indicador, analisando de forma geral pode-se dizer que os treinandos atingiram o nível de capacidade técnica necessário à fabricação de móveis utilizando madeira legal e através de técnicas recém-introduzidas, agregando valor aos produtos finais. O presente Indicador tem perspectivas de ser completamente atingido até o final do Projeto.</li> </ul>
<p><b>3.2 Influência de Condições Externas</b></p>	<p>Entrevista com C/P &amp; Peritos</p>	<p>As duas condições abaixo foram identificadas como condições externas para se chegar aos Resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ 1ª. Condição Externa (Não ocorrência de desastres naturais graves e alterações climáticas na Área do Projeto): Até o momento, esta condição foi satisfeita.</li> <li>➤ 2ª. Condição Externa (A solução final dos problemas sobre o direito de uso da terra não sofrerá maior atraso.): Esta segunda condição, acrescida atendendo a recomendação feita na avaliação intermediária, significa, em concreto, que as previsões feitas à época da avaliação intermediária não sofram um grande atraso. Esta condição não foi satisfeita e teve uma grande influência na geração do Resultado 2 e na geração do Resultado 4 que depende da conclusão do Resultado 2. Segundo o Relatório Conjunto da Avaliação Intermediária, consta que na região de Maracá dependia da re-concessão do direito de uso da terra pela ATEXMA para a Associação Agro-Florestal, prevista para dezembro de 2007; e na região de Mazagão, dependia da concessão do "direito de uso da terra" do GRPU aos membros da Associação Agro-Florestal, prevista para março/abril de 2008. Conforme mencionado no Anexo 4 "Processo de Implementação do Projeto", tendo em vista que na região de Maracá um novo procedimento administrativo passou a ser necessário para a elaboração / aprovação do plano de manejo florestal, o direito de a Associação elaborar o plano de manejo florestal em seu próprio nome ainda não foi concedido. Além disso, na região de Mazagão o "Direito de Uso da Terra" foi concedido pelo GRPU praticamente conforme o planejado em junho de 2008, mas discussões posteriores entre o GRPU e o INCRA resultaram no julgamento de que a forma mais apropriada para estabelecer o direito de uso / ocupação da terra seria a criação de um assentamento do INCRA. Embora os procedimentos para tal estejam atualmente em andamento, através de cooperação do GRPU e do INCRA, a previsão é de que o assentamento seja criado em junho de 2009, após o término do Projeto.</li> </ul>

## Anexo 5: Avaliação segundo os Cinco Critérios

Item	Fontes/ Método	Avaliação (dados de 01DEZ2008, salvo menção em contrário)
		Embora não esteja refletida na atual PDM, conforme foi mencionado no Anexo 4 "Processo de Implementação do Projeto", uma nova condição externa surgiu após a avaliação intermediária (Procedimentos administrativos necessários ao processo de elaboração / aprovação do plano de manejo florestal). Essa nova condição externa, também, teve grande influência na geração do Resultado 2 e na geração do Resultado 4 que depende da conclusão do Resultado 2.
<b>3.3 Pertinência dos Investimentos</b>		
<b>(1) Lado brasileiro</b>		
(a) Terreno e instalações	Análise das Realizações do Projeto (Anexo 3), relatórios do projeto, questionário & entrevista com C/P & Peritos	<p>De maneira geral, a disponibilização de terreno e instalações ocorreu de maneira apropriada, contribuindo para a geração dos Resultados.</p> <p>➤ Momento:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Escritório do Projeto: Após o início do Projeto, foi disponibilizada sem delongas uma sala no térreo do prédio da SEDE, localizada na cidade de Macapá, como escritório do Projeto. Além disso, com a alteração da estrutura de implementação aprovada na 4ª. reunião da JCC (dezembro de 2007), o principal órgão executor passou da SEDE para o IEF e a mudança do escritório que acompanhou essa alteração também ocorreu sem problemas.</li> </ul> <p>➤ Quantidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Escritório do Projeto: O lado brasileiro disponibilizou escrivaninhas, cadeiras, computadores, etc, para o Projeto, e a quantidade foi adequada. Como não foi disponibilizada uma sala de reuniões exclusiva para o Projeto, as reuniões foram realizadas na sala do Diretor-Presidente do IEF que é o Diretor do Projeto, ou na sala de reuniões da SDR, distante a 3 minutos a pé do escritório ou, ainda, no próprio escritório. Se tivesse sido disponibilizado um espaço maior, talvez tivesse sido mais eficiente.</li> </ul> <p>➤ Qualidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Escritório do Projeto: De maneira geral, a qualidade das instalações disponibilizadas pelo lado brasileiro é adequada. Eventualmente falta luz mas praticamente não chega a afetar a implementação do Projeto.</li> </ul>
(b) Alocação de Contrapartes	Idem	<p>De maneira geral, a alocação de C/P foi adequada e contribuiu para a geração dos Resultados.</p> <p>➤ Momento e Período:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>No início do Projeto houve um atraso na alocação de C/P técnicos. No caso do Perito em sistemas agro-florestais, alocado em julho de 2006, seu C/P técnico só foi nomeado em setembro do mesmo ano. Em virtude disso, o C/P não pôde fazer o levantamento próprio da área de sistemas agro-florestais junto com o Perito, fazendo com o C/P ficasse numa posição passiva nas atividades de elaboração das diretrizes ou planos de orientação aos moradores.</li> </ul> <p>➤ Quantidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Acredita-se que um número suficiente de pessoas foi alocado para as atividades do Projeto. No entanto, todos os C/P técnicos envolvidos no Projeto acumulam outras funções. Eventualmente eles não conseguem se concentrar nas atividades do Projeto por estarem atribuídos com outras funções. Na área agro-florestal houve casos em que o C/P não pôde realizar atividades de campo quando era preciso e o Perito teve que realizá-las sozinho. No entanto, a partir de maio de 2008 a situação melhorou com a alocação de um engenheiro florestal do IEF como C/P.</li> </ul> <p>➤ Qualidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Foram alocados C/P técnicos com histórico e experiência pertinentes e nível técnico adequado.</li> </ul>
(c) Despesas correntes para a implementação do Projeto	Idem	<p>De maneira geral, as despesas correntes para a implementação do Projeto foram desembolsadas de maneira adequada e contribuiu para a geração dos Resultados.</p> <p>➤ Momento:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>No início do ano fiscal brasileiro, a liberação orçamentária local fica paralisada por aproximadamente 3 meses. Em janeiro a março de 2007 e 2008, por exemplo, as diárias dos C/P por ocasião da viagem às Áreas-Objeto não foram pagas (foram pagas de uma vez em abril / maio).</li> </ul>

## Anexo 5: Avaliação segundo os Cinco Critérios

Item	Fontes/ Método	Avaliação (dados de 01DEZ2008, salvo menção em contrário)
		> Quantidade: • Foi garantido orçamento suficiente.
<b>(2) Lado japonês</b>		
(a) Peritos Japoneses	Análise das Realizações do Projeto (Anexo 3), relatórios do projeto, questionário & entrevista com C/P & Peritos	<p>De maneira geral, o envio dos Peritos ocorreu de maneira adequada, contribuindo para a geração dos Resultados.</p> > Momento: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Todos os Peritos foram enviados sem demora, conforme o planejamento inicial.</li> <li>• O Perito de sistemas agro-florestais foi enviado após o término do período preparatório mas se tivesse sido enviado no período preparatório, poderia ter adiantado os levantamentos preparatórios de campo próprios da área agro-florestal e teria tido tempo de elaborar um conteúdo melhor.</li> </ul> > Quantidade: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Acredita-se que o período de envio do Perito em Processamento de Madeira / Coordenador do Projeto e o Perito em Sistemas Agro-Florestais é adequado. No entanto, no tocante ao Consultor-Chefe, por razões burocráticas precisou se ausentar do local nos períodos de setembro a novembro de 2006, março a abril de 2007, janeiro a fevereiro de 2008 (8 meses no total), aumentando a sobrecarga do Coordenador do Projeto.</li> <li>• No início o Consultor-Chefe acumulava a função de Perito em Manejo Florestal e freqüentemente tinha que se ausentar do escritório para realizar atividades de campo nas Áreas-Objeto (na época de realização dos inventários ausentou-se quase todos os dias). Isso também sobrecarregou o Coordenador do Projeto. Na avaliação intermediária foi feita uma recomendação no sentido de que o Consultor-Chefe e o Perito em Manejo Florestal fossem exercidos por pessoas diferentes, o que foi acatado a partir de 2008 de modo que atualmente a situação está melhor.</li> </ul> > Qualidade: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Foram enviados Peritos com histórico, experiência e habilidade técnica adequados. Além disso, o fato de terem sido enviados Peritos Locais com vasta experiência na região Amazônica nas áreas agro-florestais e de manejo florestal contribuiu muito para a geração do Resultado correspondente.</li> </ul>

## Anexo 5: Avaliação segundo os Cinco Critérios

Item	Fontes/ Método	Avaliação (dados de 01DEZ2008, salvo menção em contrário)
(b) Doação de Equipamentos	Idem	<p>O investimento de todos os equipamentos foi adequado, contribuindo para a geração dos Resultados.</p> <p>➤ Momento:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>De maneira geral os equipamentos foram adquiridos e entregues conforme o planejado.</li> </ul> <p>➤ Quantidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Acredita-se que a quantidade foi suficiente para a implementação do Projeto.</li> </ul> <p>➤ Qualidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>À exceção dos pontos a seguir, os itens, especificações e a qualidade foram adequados.</li> <li>O encosto dos assentos das voadeiras pequenas de 5 metros de comprimento (total 2 unidades) quebraram dentro de 6 meses da aquisição. Foram consertadas diversas vezes e a partir de outubro de 2008 o problema não surgiu mais.</li> </ul> <p>➤ Operação e Manutenção (O&amp;M):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A maioria dos equipamentos foram adquiridos localmente, de modo que é possível obter peças / consumíveis com facilidade dentro do Brasil. Além disso, dependendo do fabricante, foram disponibilizados manuais de operação e manutenção em português.</li> <li>A época de doação dos equipamentos está prevista para o momento do término do Projeto. No momento a administração e a manutenção dos equipamentos estão, via de regra, sob a responsabilidade do lado japonês, estando sendo realizados de maneira adequada.</li> </ul> <p>➤ Aproveitamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Todos os equipamentos são indispensáveis para as atividades do Projeto e quase todos estão sendo suficientemente aproveitados.</li> <li>No tocante aos 4 equipamentos necessários à área de processamento de madeira, como o lado brasileiro não pôde disponibilizar um espaço adequado para os cursos no início do Projeto, foram instalados na Casa da Hospitalidade, localizada no município de Macapá, onde os cursos também foram realizados no início. Em novembro de 2006, o SINDIMÓVEIS e o Governo do Estado do Amapá (no qual se incluem a SEDE e a SEICOM) construíram no município de Santana o CADIMA. Atendendo à solicitação do lado brasileiro e do SINDIMÓVEIS, a partir do 3º. curso de maio / julho de 2007 os cursos passaram a ser realizados no CADIMA. Dois dos equipamentos foram transferidos para o CADIMA em março de 2008 e passaram a ser aproveitados a partir do 5º. curso. Os dois equipamentos restantes (Serra Inclínável e Serra Circular de Bancada) permanecem na Casa da Hospitalidade, sendo difícil afirmar que estejam sendo aproveitados nas atividades do Projeto. As obras de extensão do teto das instalações do CADIMA onde são realizados os cursos terminaram recentemente e está em análise, pelo Projeto, a transferência dos dois equipamentos restantes em tempo hábil para o próximo curso (março / abril de 2009).</li> </ul> <p>Outros: Quando há riscos envolvidos, os deslocamentos com as voadeiras adquiridas pelo Projeto estão sendo substituídos por barcos alugados que sofrem menor influência de ondas, de modo a garantir a segurança de todos.</p>



## Anexo 5: Avaliação segundo os Cinco Critérios

Item	Fontes/ Método	Avaliação (dados de 01DEZ2008, salvo menção em contrário)
(c) Treinamento no Japão	Idem	<p>O treinamento no Japão foi realizado de modo adequado, contribuindo para a geração dos Resultados.</p> <p>➤ Momento:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os treinamentos foram realizados conforme o planejado, sem atrasos.</li> <li>O treinamento na área agro-florestal foi realizado no 3º. ano do Projeto, em agosto de 2008. Há opiniões no sentido de que, considerando o período até o término do Projeto, foi um pouco tardio. Por outro lado, há opiniões também no sentido de que o momento foi adequado porque em termos de eficiência era melhor fazer o treinamento somente depois que tivessem uma idéia sobre divulgação de sistemas agro-florestais em roças queimadas.</li> </ul> <p>➤ Quantidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A quantidade de pessoas enviadas para os treinamentos bem como o seu período foram adequados.</li> </ul> <p>➤ Qualidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A área, o tema e o conteúdo estavam em consonância com as necessidades dos treinandos.</li> </ul> <p>➤ Aproveitamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os treinandos estão aproveitando o que aprenderam nos treinamentos nas atividades do Projeto. Por exemplo, na área agro-florestal, considerando que a criação extensiva de porcos estava se configurando num fator impeditivo para a promoção do SAFs, foi realizado um treinamento intitulado "Treinamento em Agricultura Natural e Extensão Agrícola". Os Contrapartes enviados para o treinamento aproveitaram os conhecimentos / técnicas aprendidas no treinamento e promoveram a criação cativa.</li> </ul>
(d) Orçamento para atividades locais	Idem	O orçamento para atividades locais foi liberado sem atraso, contribuindo para a geração dos Resultados.
3.4 Pré-condições	Idem	Não foram definidas pré-condições.
3.5 Articulação com outros projetos / esquemas japoneses e internacionais pertinentes	Análise de relatórios de progresso, questionário e/ou entrevista com Peritos	<p>➤ <u>Articulações com projetos / esquemas do Japão:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Houve troca de informações / opiniões com o projeto da JICA realizado no estado do Pará: "Projeto de Conservação Florestal e Educação Ambiental na Amazônia Oriental" (2004 - 2007).</li> <li>Houve troca de informações / opiniões com a EMBRAPA Amazônia Oriental no tocante ao Programa de Treinamento para Terceiros Países (TCTP) na área agro-florestal, implementado no estado do Pará pela JICA e pela EMBRAPA Amazônia Oriental.</li> </ul> <p>➤ <u>Outras Articulações:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O Coordenador do "Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea" (comumente chamado de "Pró-Várzea") foi convidado como palestrante para o seminário "Uso Sustentável dos Recursos Florestais nas Áreas da Várzea do Estado do Amapá", realizado em junho de 2008, com quem houve troca de informações / opiniões.</li> </ul>
3.6 Outros fatores contributivos / impeditivos	Questionário e/ou entrevista com C/P, Peritos	Nenhum em particular.

**4. IMPACTO: Há perspectivas suficientes de o Objetivo Superior ser alcançado. Já foram confirmados Outros impactos positivos. Até o momento não foi confirmado tampouco previsto nenhum impacto negativo.**

Item	Fontes/ Método	Avaliação (dados de 01DEZ2008, salvo menção em contrário)
4.1 Impacto a nível de Objetivo Superior		

### Anexo 5: Avaliação segundo os Cinco Critérios

Item	Fontes/ Método	Avaliação (dados de 01DEZ2008, salvo menção em contrário)
(1) Perspectivas de Alcance	Questionário e/ou entrevista com C/P, Peritos	Conforme demonstrado no Anexo 3 "Realizações do Projeto", há perspectivas de cada Associação estar continuando a executar o plano de manejo florestal nas várzeas da Área do Projeto após 3 anos do término do Projeto. Além disso, até o 5º. ano após o término do Projeto, pode-se prever que há perspectivas suficientes de que o volume de produção dos produtos agro-florestais, introduzidos ou cujas técnicas pertinentes foram melhoradas através do apoio do Projeto, irá atingir no mínimo 700 toneladas. Portanto, após 3 a 5 anos do término do Projeto, acredita-se que há perspectivas suficientes de que o Objetivo Superior do Projeto seja alcançado.
(2) Condições Externas	Idem	<p>Pelas circunstâncias atuais, acredita-se que as condições externas "Não ocorrência de grandes reformas institucionais no Governo do Estado." e "Não aumento repentino do número de novos imigrantes para a área-objeto" serão satisfeitas.</p> <p>No momento, além das condições estabelecidas na PDM as seguintes condições podem ser aventadas como condições externas necessárias para a consecução do Objetivo Superior: (1) Não ocorrência de desastres naturais graves e alterações climáticas na Área do Projeto, (2) Não ocorrência de redução em grande escala da demanda ou do preço dos produtos madeireiros e não madeireiros produzidos na Área do Projeto, (3) Não ocorrência de grandes atrasos na criação do assentamento de Mazagão Velho com relação à previsão feita em dezembro de 2008, (4) Não surgimento de novos procedimentos administrativos que influenciem a elaboração / aprovação do plano de manejo florestal, (5) Não afastamento dos Contrapartes que receberam transferência de tecnologia no presente Projeto (caso haja afastamento, que seja dada orientação adequada ao sucessor).</p>

## Anexo 5: Avaliação segundo os Cinco Critérios

Item	Fontes/ Método	Avaliação (dados de 01DEZ2008, salvo menção em contrário)
<b>4.2 Outros Impactos</b>	Questionário / entrevista com C/P / Peritos e entrevista com os beneficiários	<p>➤ Impactos Positivos: Alguns impactos positivos já foram confirmados:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. A existência do Projeto estimulou o processo de resolução do problema relacionado ao direito de uso da terra das Áreas-Objeto. Isso porque os órgãos fundiários (INCRA e GRPU) têm dado prioridade na solução deste problema, atendendo às solicitações dos envolvidos no Projeto. Na região do Maracá, houve progresso na renovação do “contrato sobre o direito de uso da terra” entre ATEXMA e o INCRA. Na região do Mazagão Velho, onde a comunidade não possuía direito oficial sobre a terra antes do início do Projeto, a GRPU concedeu uma “autorização de uso” a 75 famílias associadas, com base na Portaria Nº. 284, de 14 de outubro de 2005. Esta foi a primeira vez que essa Portaria foi aplicada no Estado do Amapá. Além disso, o GRPU e o INCRA estão cooperando entre si para dar andamento aos procedimentos de criação de um assentamento do INCRA, como forma de estabelecer definitivamente o direito de uso / ocupação da terra da população da região de Mazagão.</li> <li>2. Através da implementação do Projeto mediante articulações entre vários órgãos, houve melhorias na comunicação dentro da organização administrativa do estado do Amapá, cuja tendência era de verticalização.</li> <li>3. O Projeto elevou a conscientização da população ribeirinha quanto à utilização dos recursos naturais.</li> <li>4. Uma mulher da Associação da região do Maracá está participando do processo de elaboração / execução do plano de manejo florestal através deste Projeto. Ela é a primeira mulher a participar deste processo no Estado do Amapá.</li> <li>5. O Contraparte da SDR da área agro-florestal é também instrutor do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e está repassando a alunos de todo o estado do Amapá o conhecimento e as técnicas aprendidos durante a implementação das atividades do Projeto ou no treinamento feito no Japão.</li> <li>6. Nos cursos de processamento de madeira participaram 27 moveleiros mas além deles participaram também alunos da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e do Centro de Ensino Superior do Amapá (CEAP) e assistentes do SENAI, num total de 6 pessoas que adquiriram conhecimento e técnicas relacionados à fabricação de móveis.</li> <li>7. O Contraparte da área de processamento de madeira que é instrutor do SENAI aprendeu nas atividades do Projeto e no treinamento que fez no Japão não somente técnicas mas, também, atenções com relação ao meio ambiente e posturas e cuidados relacionados à fabricação de móveis. E ele está aplicando o que aprendeu no Projeto no planejamento / execução de cursos que realiza no SENAI e em outros órgãos.</li> <li>8. A organização do setor moveleiro está cogitando a possibilidade de realizar cursos de fabricação de pequenos objetos utilizando madeira para as Associações Agro-Florestais das regiões de Maracá e Mazagão, como parte da política de responsabilidade social que desenvolve.</li> </ol> <p>➤ Impactos Negativos: Até o momento não foi confirmado nenhum impacto negativo.</p>

### 5. SUSTENTABILIDADE: Julgando-se no geral, acredita-se que o Projeto tem Sustentabilidade.

Item	Fontes/ Método	Avaliação (dados de 01DEZ2008, salvo menção em contrário)
<b>5.1 Aspectos Institucionais &amp; Organizacionais</b>		
(1) Suporte Legal e de Políticas	Análise de documentos pertinentes, questionário aos C/P	Existe suporte legal e de políticas públicas para o uso sustentável de recursos naturais, havendo perspectivas de que esse apoio continue também daqui para frente. Além disso, espera-se que a Diretriz Básica relacionada ao Uso Sustentável dos Recursos Florestais em Áreas de Várzea do Estado do Amapá, atualmente em fase de elaboração, sirva de guia norteador para a continuidade / desenvolvimento das atividades no futuro.

## Anexo 5: Avaliação segundo os Cinco Critérios

Item	Fontes/ Método	Avaliação (dados de 01DEZ2008, salvo menção em contrário)
(2) Capacidade Administrativa das Atividades Pertinentes	Questionário e/ou entrevista com C/P & Peritos	Até o momento, os órgãos executores vêm administrando as atividades do Projeto sem nenhum problema sério, de modo que acredita-se que não haverá nenhuma dificuldade em particular, mesmo no tocante à administração de atividades pertinentes após o término do Projeto.
(3) Alocação de C/Ps	Idem	Os Contrapartes técnicos do IEF, SEICOM e SENAI são funcionários públicos estaduais ou federais, estando seu emprego garantido. A menos que eles sejam transferidos para setores totalmente diferentes, acredita-se que continuarão envolvidos com atividades relacionadas. No tocante aos Contrapartes técnicos da área agro-florestal do RURAP/SDR, como são funcionários contratados, não é possível avaliar se se manterão ou não nos órgãos a que pertencem.
(4) Articulação com organizações pertinentes	Idem	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Articulação entre os órgãos executores: Até o momento, o IEF, o RURAP e a SEICOM vieram implementando o Projeto mediante uma articulação estreita. Além disso, os responsáveis pelos órgãos executores, que são o Diretor-Presidente do IEF, o Diretor-Presidente do RURAP e o Secretário da SEICOM, em entrevista realizada pela Missão de Avaliação manifestaram-se no sentido de dar continuidade a essa articulação. Neste sentido, acredita-se que as articulações entre esses três órgãos continuará mesmo após o término do Projeto.</li> <li>➤ Articulação entre os órgãos executores e os órgãos colaboradores: Conforme foi mencionado no Anexo 4 "Processo de Implementação do Projeto", até o momento os órgãos executores vieram implementando o Projeto em articulação com os órgãos colaboradores. Os responsáveis pelos órgãos executores, que são o Diretor-Presidente do IEF, o Diretor-Presidente do RURAP e o Secretário da SEICOM, em entrevista realizada pela Missão de Avaliação manifestaram-se no sentido de dar continuidade a essa articulação. "A implantação de manejo florestal comunitário" está incluída no Plano Plurianual (2008-2011) do Governo do Estado do Amapá, de modo que há perspectivas de que a cooperação com outros órgãos estaduais continue após o término do Projeto. Além disso, considerando que o Objetivo Superior do Projeto também está em consonância com a necessidade do Governo Federal, presume-se que a cooperação com o Governo Federal também irá continuar.</li> </ul>
<b>5.2 Aspectos Financeiros</b>	Idem	Até o momento, os órgãos executores vieram garantindo o orçamento necessário para as atividades do Projeto. Além disso, os responsáveis pelos órgãos executores, que são o Diretor-Presidente do IEF, o Diretor-Presidente do RURAP e o Secretário da SEICOM, em entrevista realizada pela Missão de Avaliação manifestaram sua intenção de continuar garantindo o orçamento para as atividades relacionadas.
<b>5.3 Aspectos Técnicos</b>		
(1) Capacidade Técnica dos C/Ps	Questionário e/ou entrevista com C/P, Peritos	De maneira geral, a capacidade técnica dos Contrapartes está sendo fortalecida de maneira estável, de modo que presume-se que até o final do Projeto irão assimilar as habilidades / conhecimentos / técnicas que lhes possibilitarão desenvolver, por conta própria, atividades relacionadas.
(2) Aproveitamento e divulgação das técnicas transferidas e dos produtos do Projeto	Questionário e/ou entrevista com C/P, Peritos	<p>Acredita-se que o IEF, o RURAP e a SEICOM, que são os órgãos executores do Projeto, e o SENAI que alocou 2 Contrapartes para o Projeto, promoverão o aproveitamento / divulgação das técnicas transferidas / produtos do Projeto dentro de suas atividades regulares mesmo após o término do Projeto.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ IEF: A promoção do manejo florestal sustentável nas áreas de várzea está em consonância com as necessidades institucionais do IEF. Além disso, no Plano Plurianual (2008-2011) do Governo do Estado do Amapá, a "implantação de manejo florestal comunitário" é de responsabilidade do IEF. O Diretor-Presidente do IEF, que é o Diretor do Projeto, inclusive, já se manifestou no sentido de que irá promover ativamente o aproveitamento / divulgação das técnicas transferidas.</li> <li>➤ RURAP: A assistência à organização rural e a orientação agro-florestal são atividades regulares do RURAP (e da SDR). Além disso, os escritórios do RURAP que atuam nas regiões que englobam a área de Maracá e de Mazagão já estavam estabelecidos antes mesmo do Projeto e contam com extensionistas em seu quadro. Os Contrapartes da área agro-florestal já divulgam para outras regiões as técnicas / conhecimentos adquiridos no Projeto, de modo que presume-se que os relatórios com previsão de serem</li> </ul>

## Anexo 5: Avaliação segundo os Cinco Critérios

Item	Fontes/ Método	Avaliação (dados de 01DEZ2008, salvo menção em contrário)
		<p>elaborados até o final do Projeto (relatório de avaliação técnica de SAFs, materiais de divulgação voltados para os técnicos com a compilação das experiências acumuladas até então, etc.) contribuirão ainda mais para o aproveitamento / divulgação das técnicas transferidas. O Diretor-Presidente do RURAP, que é um dos Gerentes do Projeto, também já se manifestou no sentido de que irá promover ativamente o aproveitamento / divulgação das técnicas transferidas após o término do Projeto.</p> <p>➤ SEICOM: O apoio ao setor moveleiro é uma das atribuições regulares da SEICOM. Uma vez que a obtenção de madeira legal tem sido um grande desafio para o setor moveleiro, a SEICOM tem demonstrado grande interesse no contrato de fornecimento de madeira entre a Associação Agro-Florestal da região de Maracá e a Cooperativa Moveleira do Estado do Amapá, e vem cooperando intensamente até o momento. Apesar de se acreditar que as perspectivas de o contrato de fornecimento de madeira ser celebrado durante o período do Projeto são baixas, presume-se que a SEICOM irá continuar apoiando a Associação Agro-Florestal e a Cooperativa Moveleira rumo à celebração / execução do referido contrato, mesmo após o término do Projeto. O Secretário da SEICOM, que é um dos Gerentes do Projeto, também já se manifestou no sentido de que irá continuar apoiando o fortalecimento das articulações entre a Associação Agro-Florestal e a Cooperativa Moveleira, mesmo após o término do Projeto.</p> <p>➤ SENAI: O curso de processamento de madeiras é uma das atribuições regulares do SENAI. Os Contrapartes já estão inserindo os conhecimentos / técnicas da área de processamento de madeira adquiridos através do Projeto nos cursos do SENAI e estão montando currículos que permitam a formação de recursos humanos que atendam às solicitações do Sindicato Moveleiro / Cooperativa Moveleira. Os novos tipos de aula e métodos didáticos planejados / executados utilizando os conhecimentos / técnicas adquiridos através do Projeto são bem aceitos pelos alunos. Além disso, o Diretor do SENAI também tem feito uma boa avaliação das atividades do Projeto e apóia o fato de os Contrapartes do SENAI estarem introduzindo novos tipos de aula e métodos didáticos nos cursos do SENAI. Caso um livro para o curso seja preparado até o final do Projeto, acredita-se que será mais útil ainda.</p> <p>As técnicas transferidas estão em consonância com as necessidades e nível locais, pelo que se espera que os membros das Associações Agro-Florestais, que são o grupo-alvo deste Projeto, também possam, com o contínuo apoio dos órgãos executores e outros órgãos relacionados, utilizar / aprimorar as técnicas / conhecimentos adquiridos.</p>
(3) Aproveitamento / Manutenção dos Equipamentos Doados	Questionário e/ou entrevista com C/P & Peritos	<p>Aproveitamento: Até o momento os equipamentos doados pelo Projeto estão sendo utilizados suficientemente e presume-se que mesmo após o término do Projeto continem a sê-lo. Além disso, como a maior parte dos equipamentos consiste em equipamentos comuns, como carros, computadores, farrageiras, serra circular de bancada, etc., provavelmente a capacidade técnica para sua utilização após o término do Projeto já estará praticamente garantida.</p> <p>Manutenção: Embora os equipamentos doados tenham previsão de serem entregues ao lado brasileiro no momento do término do Projeto, ainda não foi definido para que órgão será entregue cada equipamento. Mesmo os representantes de cada órgão executor tendo se manifestado no sentido de que irão fazer a manutenção adequada dos equipamentos caso sejam contemplados com algum, como ainda não foi decidido o destino dos equipamentos, não há clareza sobre a estrutura de manutenção. Por fim, vale ressaltar que a maioria dos equipamentos foram adquiridos localmente, o que possibilita a obtenção de peças / consumíveis dentro do Brasil.</p>

Al